

.EXMO. SR(A). PREGOEIRO (A) DA LICITAÇÃO 059/2024 DO MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ECOLOG SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.360.241-0001/16, estabelecida na Rua Guilherme Schreiner, 80, bairro Distrito Industrial, na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, vem, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO 059/2024**, nos termos da Lei 14.133/21, pelos motivos de fato e de Direito que passa a expor:

DO OBJETO DE LICITAÇÃO

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para realização dos serviços de coleta, transporte e tratamento de efluente proveniente das células encerradas do aterro sanitário municipal classificado como chorume percolado.

DA IMPUGNAÇÃO

A presente Impugnação tem como principal objetivo apontar alguns equívocos contidos no edital do certame em apreço. O prazo decadencial é de 03 (três) dias úteis antes da data fixada da sessão pública, conforme dispõe o Edital. No caso em tela, a data de abertura do certame é esta apazada para dia 30/07/2024, tendo, portanto, o protocolo no dia 23/07/2024 conclui-se, portanto, pela TEMPESTIVIDADE desta Impugnação.

DA SUBCONTRATAÇÃO

O presente Edital de licitação traz em seu Termo de referência item 4.2 a vedação da subcontratação do serviço contratual. Diante disso, vimos através deste ponderar que:

Segundo o Art.122 da Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos):

“Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.”

Diante da total vedação de subcontratação deste edital, contata-se que está assegurado pela Lei 14.133/21 que a Administração avalie a conveniência de permissão de subcontratação, sem que haja prejuízo para a execução do objeto licitado.

Tal ato torna-se ainda mais cabível quando o objeto licitado comporta uma execução complexa, de grande importância ao meio ambiente, em que algumas etapas ou aspectos possam ser desempenhadas por terceiros, sem que isso acarrete algum prejuízo para a execução do objeto ou a própria Administração Pública, como é o caso do objeto ora mensurado no Edital em tela.

A presente licitação em questão possui como objeto o serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de efluente líquido (chorume) de aterro sanitário encerrado. Inúmeras são etapas aqui elencadas para execução do presente objeto, algumas das quais caso desempenhadas outra empresa, subcontratada, não interfeririam nem prejudicariam a segurança da contratação, como é o caso da terceirização de ATERRO INDUSTRIAL, que se faz necessário para a destinação final do objeto após seu tratamento realizado pela empresa que vos fala.

Nesse sentido, é possível afirmar que a permissão parcial para subcontratação do objeto licitado, como o caso de aterros, torna possível atender o próprio interesse da Administração Pública que nada mais é do que a escolha da melhor e mais vantajosa proposta para a prestação do serviço pelo menor preço.

Cabe ainda mencionar que no Brasil e mais especificamente no Rio Grande Sul existem pouquíssimas empresas que detém todo o escopo do objeto licitado, ou ainda que há 1 ou 2 empresas que possam realizar o mesmo, reduzindo ainda mais as chances de contratação de uma prosta mais vantajosa para a Administração Pública, uma vez que sendo únicas empresas detentoras de tal escopo, acabam por encarecer o valor se proposta buscando assim altos em benefício próprio.

Cabe mencionar o ilustre Doutrinador Marçal Justen Filho que assevera que,

“A escolha da Administração deve ser orientada pelos princípios que regem a atividade privada. Se, na iniciativa privada, prevalece a subcontratação na execução de certas prestações, o ato convocatório deverá albergar permissão para que idênticos procedimentos sejam adotados na execução do contrato administrativo. Assim se impõe porque, estabelecendo regras diversas das práticas entre os particulares, a Administração reduziria a competitividade do certame. É óbvio que se pressupõe, em todas as hipóteses, que a Administração comprove se as práticas usuais adotadas pela iniciativa privada são adequadas para satisfazer ao interesse público.”

Logo, nesse sentido, é possível afirmar que a permissão parcial para subcontratação do objeto licitado não apenas consiste em ato legal, previsto em Lei, como possibilita a única forma de obter a proposta mais vantajosa para execução do objeto licitado.

Ainda nesse sentido, cabe mensurar que o pedido em tela não diz respeito a transferência para terceiro da execução principal do objeto licitado, ou seja, coleta transporte e tratamento dos resíduos. Sendo então viável a autorização por parte da Administração para a subcontratação tão somente de atividade secundária, como o caso dos Aterro Industrial para a disposição final do objeto.

Lembrando que o solicitado no caso em tela não é que a Administração Pública permita a subcontratação para terceirização de atividades essenciais, como no caso de transporte e tratamento dos efluentes, que a empresa concorrente deverá apresentar suas capacidades técnicas, como licenças e

comprovações de trabalhos semelhantes já realizados pela mesma, para a execução deste objeto licitado. Mas sim que permita que haja a possibilidade de subcontratação de terceirização para a destinação final em Aterro Industrial subcontratado.

DA LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA VEÍCULO EMITIDA PELA FEPAM

O presente edital exige para habilitação de qualidade técnica segundo o disposto no item 7.1.4.3 ***“Licença de Operação (LO) emitida pela FEPAM individual para cada caminhão a ser cadastrado.”***

Nesse sentido segundo prevê a FEPAM e de acordo com a tabela abaixo (retirada do site oficial a FEPAM), é possível verificar que dentro da classificação de resíduos transportados, é autorizada uma única Licença de Operação com mais de um veículo autorizado a realizar transporte, desde que as placas dos veículos estejam devidamente elencadas dentro da Licença de Operação.

Sendo assim, não é necessário que seja emitida uma Licença de Operação para cada caminhão a ser cadastrado.

Código	Ramo de Atividade	Potencial Poluidor	Porte (n° veículos/embarcações)				
			Mínimo	Pequeno	Médio	Grande	Excepcional
4710,10	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS E/OU RESÍDUOS PERIGOSOS EM QUANTIDADE ACIMA DOS LIMITES DE ISENÇÃO ESTABELECIDOS PELA ANTT	MÉDIO	1	2 a 5	6 a 15	16 a 50	derrais
4710,11	COLETA E TRANSPORTE DE ÓLEO LUBRIFICANTE USADO OU CONTAMINADO OLUC						derrais
4710,12	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO LIMPA FOSSA						derrais
4710,30	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO DE PRODUTOS E/OU RESÍDUOS PERIGOSOS	ALTO	1 a 25	2 a 3	4 a 6	7 a 12	derrais
4710,20	TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PRODUTOS E/OU RESÍDUOS PERIGOSOS	ALTO		26 a 50	51 a 150	151 a 500	derrais

(Fonte: <https://fepam.rs.gov.br/produtos-perigosos>)

DOS REQUERIMENTOS

ECOLOG SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Rua Frederico Guilherme Schreiner, n° 80, Distrito Industrial
 Santa Cruz do Sul - RS - Fones: (51)3056-3529 / (51)3902-5850
 E-mail: delic@ecologambiental.com.br

Diante de todo exposto a empresa Ecolog Serviços Ambientais Ltda requer:

- a) O recebimento e processamento da presente impugnação ao Edital de Pregão eletrônico nº 059/2024, na forma da Lei;
- b) Autorizar de forma clara a subcontratação parcial do objeto principal licitado, admitindo-se a destinação final dos resíduos em aterro industrial, subcontratado, permitindo-se, via de consequência, que seja comprovada a qualificação técnica da licitante neste tocante mediante a apresentação, na fase habilitatória do certame, de carta de anuência emitida pela empresa proprietária do aterro.
- c) Seja retificado o item 7.1.4.3 referente a Licença de Operação no tocante a solicitação de uma Licença de Operação para cada caminhão cadastrado, já que a solicitação diverge do próprio órgão FEPAM que autoriza uma Licença de Operação com mais de um caminhão cadastrado dentro da mesma.
- d) A suspensão preventiva do processo licitatório e também, dos atos previstos para serem realizados no dia 30/07/2024 até que a presente Impugnação seja devidamente apreciada e julgada conforme a Lei;

Termos em que, aguarda deferimento.

Santa Cruz do Sul, 23 de julho de 2024.


ECOLOG SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.
CNPJ: 09.360.241-0001/16
Chaiane Rosa de Araújo
CPF: 015.225.390-42
Analista de Licitação

ECOLOG SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA
Rua Frederico Guilherme Schreiner, nº 80, Distrito Industrial
Santa Cruz do Sul - RS - Fones: (51)3056-3529 / (51)3902-5850
E-mail: delic@ecologambiental.com.br